

UMA SÍNTESE DAS TÉCNICAS METODOLÓGICAS DE ANÁLISE DA EFETIVIDADE DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS.

Paulo Edgar da Rocha Resende¹

Universidade Vila Velha

Guilherme de Sá Nunes²

Universidade Vila Velha

Resumo: Um tema que obteve notoriedade nos últimos anos entre os pesquisadores das instituições participativas (IPs) refere-se à efetividade das mesmas. Adquiriram centralidade, assim, vertentes de pesquisa que almejavam avaliar os impactos e resultados proporcionados pela institucionalização da participação na administração pública. Ademais, os estudos em geral sobre a efetividade das IPs têm demonstrado uma pluralidade de concepções a respeito dos efeitos que se esperam das instâncias participativas. Em razão da multiplicidade de resultados advindos das IPs inexistente unanimidade, entre os pesquisadores, acerca das estratégias metodológicas de mensuração da sua efetividade, muito menos de quais variáveis devem ser operadas quando da análise da qualidade do processo deliberativo. Assim sendo, o objetivo do presente artigo consiste em realizar um balanço de modo a reunir os principais instrumentos e técnicas de mensuração da efetividade que encontram-se esparsos em diversas pesquisas sobre a temática. Não se pretende exaurir absolutamente todos os meios de investigação dos possíveis efeitos das IPs, mas sim fazer sucinto retrospecto do que já foi produzido pela literatura no que tange aos mecanismos metodológicos de avaliação das práticas deliberativas e dos seus respectivos efeitos nas políticas públicas.

Palavras-chave: efetividade; instituições participativas; técnicas metodológicas.

Abstract: One theme that has gained notoriety in recent years among researchers from participatory institutions (IPs) refers to their effectiveness. Thus, they acquired centralities of research that aimed to evaluate the impacts and results provided by the institutionalization of participation in public administration. Moreover, studies on the effectiveness of IPs have generally shown a plurality of conceptions about the expected effects of participatory instances. Due to the multiplicity of results from IPs, there is no unanimity among researchers about methodological strategies for measuring their effectiveness, much less which variables should be operated when analyzing the quality of the deliberative process. Thus, the aim of this paper is to make a balance in order to gather the main instruments and techniques for measuring effectiveness that are sparse in various research on the subject. It is not intended to completely exhaust all means of investigation of the possible effects of IPs, but to summarize what has already been produced in the literature regarding the methodological mechanisms for evaluating deliberative practices and their effects on public policies.

¹ Doutor em Políticas Públicas e Transformação Social pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (PPGSP-UVV). E-mail: paulo.resende@uvv.br

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (PPGSP-UVV). Bolsista CAPES. E-mail: guilherme_sa3@hotmail.com

Keywords: effectiveness; participatory institutions; methodological techniques.

1. Introdução

A promulgação da Constituição Federal de 1988 consistiu em um marco normativo fundamental para inaugurar no Brasil uma nova fase democrática caracterizada pela descentralização administrativa e experiências institucionais que promoveram maior participação política por parte dos cidadãos, de forma a possibilitar que estes apresentem suas demandas e que as políticas públicas sejam direcionadas a satisfazê-las. Dentre as inovações participativas previstas na lei maior, encontra-se a possibilidade de realizar referendos, plebiscitos, leis de iniciativa popular, conselhos de políticas e outros (AVRITZER, 2002; GOMES, 2015; SILVA, 2018).

Na medida em que se avançaram e consolidaram as instituições participativas (IPs) tanto nos níveis municipal, estadual e federal, formou-se uma literatura nacional a respeito destas novas instâncias de participação política. Um tema que adquiriu centralidade nos estudos sobre estas instituições foi a efetividade das mesmas, ou seja, os pesquisadores começaram a se questionar quais seriam, de fato, os seus impactos e resultados.

Para os fins deste trabalho iremos perfilar a concepção de Avritzer (2011) segundo o qual a efetividade das IPs pode ser compreendida em dois momentos distintos, quais sejam: um processo inicial de discussão entre atores estatais e sociais no interior das instituições participativas, no qual ocorre a troca de argumentos divergentes e busca de convencimento, e um segundo momento que corresponde à implementação, pelo Estado, das questões decididas nas deliberações. A literatura do tema têm se debruçado na avaliação da efetividade das IPs, a partir das duas dimensões ora apresentadas, na tentativa de mensurar a qualidade deliberativa e os impactos dos resultados finais das deliberações nas políticas públicas e na qualidade de vida dos cidadãos (AVRITZER, 2011). No entanto, os estudos em geral sobre a efetividade têm demonstrado uma pluralidade de concepções a respeito dos efeitos que se esperam das instâncias participativas. Em razão da multiplicidade de resultados advindos das IPs, inexistente unanimidade entre os pesquisadores acerca das estratégias metodológicas de mensuração da sua efetividade, muito menos de quais variáveis devem ser operadas quando da análise da qualidade do processo deliberativo (PIRES *et al.*, 2011).

Diante desse contexto de multidimensionalidade de perspectivas analíticas sobre os efeitos das IPs, o objetivo do presente artigo consiste em realizar um balanço dos principais instrumentos e técnicas de mensuração da efetividade que foram utilizadas nas pesquisas até então realizadas. Não se pretende exaurir absolutamente todos os meios de investigação dos possíveis efeitos das IPs, mas sim fazer sucinto retrospecto do que já foi produzido pela literatura no que tange aos mecanismos metodológicos de avaliação das práticas deliberativas e dos seus respectivos efeitos nas políticas públicas.

Para tanto, nas sessões seguintes serão apresentados métodos avaliativos de cada uma das perspectivas analíticas outrora indicadas, a começar pela vertente de pesquisa que se concentra na qualidade do processo deliberativo no interior das IPs, e, em seguida, na que se direciona pelos resultados específicos advindos dos momentos deliberativos.

2. Efetividade deliberativa: métodos avaliativos da qualidade participativa.

Almeida e Cunha (2011) advertem que a deliberação é a principal ferramenta que as IPs se valem para a consecução de seus objetivos, que vão desde o debate até a fiscalização das políticas públicas, e que por isso a qualidade do processo deliberativo dessas instituições constitui uma importante dimensão de análise. Segundo as pesquisadoras, investigar a deliberação praticada no interior das instituições permite a elucidação de questões cruciais para a avaliação da efetividade participativa, na medida em que importa discernir a forma com que a deliberação é praticada, o que é objeto de debate, quem são os participantes, assim como a maneira de inserção dos atores nas discussões.

Segundo as autoras, a observação atenta desses elementos permite ao avaliador das IPs um diagnóstico das condições em que se operam as deliberações e se realmente as instituições estão alcançando ou não as suas metas. Ademais, a avaliação da efetividade dos espaços participativos pode ser viabilizada por intermédio da ação de verificar se nos processos de produção de políticas públicas os princípios da democracia deliberativa se fazem presentes, e se sim, em que grau de intensidade (ALMEIDA; CUNHA, 2011).

Um dos princípios de destaque seria a igualdade deliberativa que dispõe acerca da necessidade de todos os participantes possuírem as mesmas oportunidades de apresentar temas a ser debatidos, iniciar o debate, participar e propor decisões. Noutro lado, o princípio da publicidade também é de relevância, pois as reuniões e debates devem ser

marcados pela transparência, de modo a possibilitar à população meios de terem conhecimento do que é debatido (ALMEIDA; CUNHA, 2011).

Diante da pluralidade de dimensões passíveis de exame para a avaliação das deliberações, Almeida e Cunha (2011) empregam uma metodologia fundada na observação documental, notadamente a análise das atas das reuniões plenárias dos conselhos, na medida em que nelas restam registradas as falas e discursos dos participantes do processo deliberativo. As atas permitiriam, assim, detectar “quem delibera”, “como se delibera” bem como “o que é deliberado” (CUNHA, *et al.*, 2011).

Noutro giro, além dos parâmetros de avaliação até então mencionados, Faria e Ribeiro (2011) observam o desenho institucional como uma perspectiva analítica capaz mensurar a efetividade dos espaços deliberativos. Para elas, quanto maior a regulação, maior será o grau de institucionalização. O regimento interno desses espaços, os atos normativos que regem o processo de tomada de decisão, seriam outros instrumentos de avaliação do potencial democratizante das IPs. A partir deles seria possível aferir, por exemplo, questões como: distribuição, concentração/alternância de poder quanto à definição de temas a ser debatidos, formação da pauta assim como a composição do órgão.

Das questões acima apontadas, sem desmerecer as demais, a composição adquire um destaque. Por intermédio da observação das normas que regem a composição dos órgãos deliberativos, é possível verificar a proporcionalidade entre membros representantes do governo e da sociedade civil organizada. Ademais, é possível constatar as condições e requisitos necessários para assumir a presidência da instituição, quais poderes esse cargo detém comparado aos demais componentes e detectar quem possui condições de alterar o regimento interno (FARIA; RIBEIRIO, 2011).

A dinâmica do processo deliberativo também pode ser estudada a partir da constatação da presença de elementos que evidenciem a capacitação de seus membros. Investigar se nos conselhos existem grupos ou comissões com objetivo de qualificar os membros do órgão por meio de trocas de informações entre diferentes atores pode ser considerado com indicativo de capacitação da política pública debatida e, portanto, demonstrar a qualidade do processo deliberativo (FARIA; RIBEIRIO, 2011).

Diante do exposto até então, pode-se afirmar que, além das atas das reuniões, as normas que regem o funcionamento das IPs, em especial os regimentos internos, constituem instrumentos hábeis para avaliar o processo deliberativo. Por intermédio deles,

o pesquisador possui condições de mensurar em que medida se fazem presentes os parâmetros avaliativos relatados anteriormente.

Ainda quanto às estratégias metodológicas de avaliação da participação, mister citar o trabalho desenvolvido por Almeida, Carlos e Silva (2016), cujo objetivo foi avaliar as instituições participativas no Brasil, mais exatamente os conselhos municipais de assistência social. A pesquisa foi viabilizada pela elaboração do Índice de Efetividade da Participação (IEP), constituído por três indicadores, a saber: a) Institucionalização; b) Deliberação; c) Representação.

O primeiro indicador é composto por múltiplas variáveis, tais como: I) o grau de formalização das regras de funcionamento dos conselhos; II) os recursos que os conselhos possuem para responder às exigências burocráticas do processo de gestão de políticas públicas; III) o grau em que os conselhos são reconhecidos formalmente como integrais da rede estadual de produção e controle de políticas públicas (ALMEIDA; CARLOS; SILVA, 2016).

A deliberação, por seu turno, é analisada a partir de critérios indicadores de questões como: I) grau de deliberação a partir dos procedimentos ou condições que orientam a tomada de decisão; II) incidência concreta dos conselhos na política de assistência social; III) conexões ativas que os conselhos mantêm com o seu entorno institucional. A presença de rotinas e planejamento prévio para os debates, assim como o estabelecimento de regras prévias seriam preditores de que as deliberações não são ocasionais, mas sim fruto de um consenso prévio (ALMEIDA; CARLOS; SILVA, 2016).

Por derradeiro, o terceiro indicador (representação) é formado pelas seguintes variáveis: I) grau de igualdade entre a representação governamental e a sociedade civil; II) o quanto a representação da sociedade civil está sob controle de suas próprias organizações; III) o quanto os conselhos estão enraizados na sociedade civil e o quanto o conselho presta contas de seus atos a públicos mais amplos (ALMEIDA; CARLOS; SILVA, 2016).

Perante a essa multiplicidade de dimensões analíticas disponíveis aos pesquisadores que buscam avaliar as experiências institucionalizadas de participação, Jorba, Martí e Parés (2007) asseveram que os critérios avaliativos devem servir apenas como ponto de partida da avaliação, sendo necessário moldá-los conforme as particularidades do caso específico que se busca analisar. Alguns podem ser pertinentes na avaliação de determinadas

experiências participativas, porém em outras podem não se revelarem adequados ou até mesmo necessários. Tudo dependeria da estruturação do órgão deliberativo e seus objetivos.

Parés e Castellà (2009) ao também constatarem a extensão dos indicadores avaliativos afirmam que antes de se proceder à avaliação é fundamental que se faça uma seleção dos critérios de acordo com o contexto que se pretende investigar. Ademais, dizem que os parâmetros da avaliação servem mais como uma “caixa de ferramentas”, sendo necessário selecionar aqueles mais úteis e compatíveis com o objeto a ser avaliado. Para os referidos autores, um dos maiores desafios no processo de avaliação da participação é a coleta de dados. De alguma forma, a sistematização de estratégias metodológicas pode servir para atenuar essa dificuldade.

Por fim, não se poderia deixar de falar sobre as constatações feitas por Parés (2014) após avaliar uma experiência participativa concreta, notadamente o processo participativo sobre a gestão florestal na *Muntanya de Sant Miguel* em Setcases, na Catalunha. Uma questão levada em consideração em seus estudos foi acerca da temperatura das deliberações. De acordo com Fung (2003) *apud* Parés (2014), as deliberações podem ser consideradas como quentes ou frias. Aquelas se caracterizam quando os agentes participantes vão ao debate com predefinições, um interesse forte e posição pré-estabelecida. Por seu turno, a deliberação fria seria exatamente o contrário, ou seja, os participantes iriam ao debate sem prévias concepções.

Segundo Parés (2014), essas temperaturas são elementos fundamentais para a compreensão dos espaços participativos atuais, principalmente no atual contexto de crises e de insatisfação popular quanto aos representantes políticos. Para ele, quanto mais fria a deliberação maior seria a possibilidade do predomínio do interesse coletivo em detrimento do interesse particular dos grupos que participam da deliberação. Noutro lado, a deliberação quente acentuaria as desigualdades dos participantes e proporcionaria o predomínio dos interesses privados.

A conclusão de Parés (2014) é no sentido de que a temperatura ideal seja intermediária. Seria necessário, assim, buscar um equilíbrio entre os dois tipos de deliberação a fim de que sejam produzidos interesses mais satisfatórios, ou seja, preservar o interesse privado sem deteriorar em demasiado o interesses coletivo de todos os

segmentos sociais participantes. A busca por essa ponderação é, na visão dele, um desafio eis que ainda não se sabe ao certo se é possível alcançá-la.

Ao longo da presente sessão, buscou-se fazer um breve balanço das estratégias metodológicas de avaliação da participação institucionalizada de forma a evidenciar os principais parâmetros que a literatura sobre o tema tem utilizado para aferir a qualidade de deliberação. O estudo do tema é amplo, sendo que foram expostos, ao nosso entender, os principais pontos abordados pelos pesquisadores.

Na sessão seguinte, continuaremos a tratar sobre os critérios de avaliação, no entanto, faremos isso com outra perspectiva. Daqui em diante trataremos sobre os parâmetros que sevem para mensurar e avaliar os resultados produzidos pelas IPs, e não mais sobre a qualidade de suas deliberações, como fizemos até então.

3. Efetividade das instituições participativas: técnicas de avaliação dos resultados, impactos e efeitos distributivos.

Após a emergência de experiências institucionalizadas de democracia participativa que se sucederam à promulgação da Constituição de 1988, os pesquisadores começaram a investigar os possíveis efeitos produzidos por essas instituições, principalmente no que concerne à acessibilidade a bens e serviços nos municípios brasileiros (CORTES, 2011), entes federativos nos quais mais se instalaram espaços institucionalizados de governança participativa (LOPES; PIRES, 2010).

Desviando um pouco do foco dado pela literatura, no sentido de estudar as razões pelas quais os indivíduos adotam uma postura de participação política, Cortes (2011) optou por pesquisar precisamente quais seriam os impactos produzidos pelas IPs nos municípios brasileiros. Para tanto, propôs algumas dimensões analíticas capazes de aferir os resultados por elas produzidos. A pesquisadora assevera ser necessário obter algumas informações cruciais acerca do acesso a bens e serviços públicos nos municípios (dados que podem ser obtidos pelo IBGE ou pelos ministérios que ofertam tais serviços), e, uma vez obtidos, relacioná-los com o funcionamento das IPs.

Para que se possa verificar o impacto das IPs sobre bens e serviços públicos, as informações devem: i) ser apresentadas como proporções sobre a totalidade da população que deveria ter acesso; ii) abranger de forma sistemática cada um dos municípios do país; iii) se referir aos períodos de tempo anterior e posterior ao funcionamento das IPs; e iv) se referir àqueles bens e serviços que são oferecidos em todo o país (CORTES, 2011, p. 80).

A proposta seria comparar municípios que possuem alguns fatores semelhantes, como tamanho do PIB (Produto Interno Bruto), da população, valor de arrecadação e nível de escolaridade e estabelecer uma associação entre as informações obtidas, com relação aos bens e serviços neles ofertados, e a existência das IPs. Em síntese, a tentativa é de firmar uma relação entre o funcionamento das IPs e a acessibilidade de bens e serviços públicos nos municípios (CORTES, 2011).

Outra técnica de mensuração dos resultados das IPs, muito semelhante com a anterior, é a chamada análise de pares contrafactuais, usada para aferir os efeitos e resultados produzidos pelas IPs. O aludido mecanismo surgiu como uma tentativa de verificar se realmente existem diferenças nas políticas públicas implementadas nos municípios que adotam espaços participativos institucionalizados na gestão pública comparadas com aquelas de municípios nos quais essas instituições não se fazem presentes (VAZ; PIRES, 2011).

Primordialmente, para realizar a análise comparativa é fundamental ter cautela na seleção das variáveis, ou seja, das características dos municípios que serão objeto de comparação. Antes de tudo, seria preciso traçar alguns critérios de seleção dos municípios a serem confrontados. Vaz e Pires (2011) sugerem que os pesquisadores podem se valer de índices de caráter sociodemográfico e socioeconômicos, tal como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), PIB *per capita*, índice de Gini e nível de associativismo, sem prejuízo de outros.

Um estudo feito nesse sentido foi o desenvolvido por Zamboni (2007) que inicialmente selecionou municípios semelhantes em alguns aspectos, como PIB *per capita*, e utilizou relatórios de auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) como fonte de dados sobre corrupção nos serviços públicos municipais. Ao realizar uma comparação entre os municípios selecionados, verificou que aqueles onde havia orçamento participativo foram os que menos apresentaram práticas de corrupção.

Por outro lado, Carlos (2015), com o intuito de avaliar os efeitos distributivos do orçamento participativo no município de Vitória (ES), realizou uma comparação dos impactos proporcionados nos bairros da capital capixaba em diferentes gestões, uma que compreende o período de 1989 até 1992, no qual o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve na gestão e outro, entre 1993 a 2003, quando o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) governava a municipalidade. A avaliação teve como parâmetro os investimentos

per capita nas regiões da cidade. O resultado obtido demonstrou que na gestão petista as regiões de maior taxa de analfabetismo de pessoas entre 15 a 19 anos, com rede de esgoto inadequada e com a menor renda média mensal entre os chefes de domicílio, receberam maior redistribuição de recursos (CARLOS, 2015).

Ante aos casos pesquisados e citados até então, é imperioso esclarecer que a atribuir uma relação de causa e efeito nas ciências sociais em geral é uma tarefa extremamente difícil e que está permeada de imprecisões e dúvidas (VAZ; PIRES, 2011). Afirmar que a presença de IPs é o único fator determinante para a qualidade dos serviços públicos e para a redistribuição de renda é completamente precipitado.

4. Conclusão

No presente artigo, buscou-se realizar um sucinto retrospecto das metodologias utilizadas pelos pesquisadores para a avaliação da efetividade das IPs. Inicialmente, apresentamos as estratégias metodológicas que visam analisar propriamente a qualidade do processo deliberativo no interior das IPs, a forma pela qual se operacionaliza a participação. Nesse sentido, os pesquisadores se valem da investigação das atas das reuniões plenárias e dos regimentos internos das instituições. A partir desses instrumentos, é possível detectar, dentre outros aspectos, por exemplo, “quem delibera”, “o que é deliberado”, assim como “quem escolhe a matéria a ser deliberada”. Ainda pela investigação das atas e pelo desenho institucional, pode-se mensurar a capacitação dos participantes, se há uma troca de argumentos que, além de significar um debate, significa o compartilhamento de ideias e conhecimento acerca das questões objeto de discussão.

Sob a ótica externa, ou seja, no que tange aos impactos diretos das IPs nas políticas públicas, os pesquisadores têm utilizado técnicas comparativas, em especial a comparação de pares contrafactuais, na qual se seleciona alguns municípios a partir de determinados critérios, como PIB e IDH, e se procede a uma comparação entre eles tendo em vista o acesso a bens e serviços públicos por parte dos munícipes e a presença de IPs. Nas pesquisas mencionadas, verificou-se que nos municípios nos quais se fazem presentes IPs, principalmente o orçamento participativo, houve uma maior redistribuição de renda, sendo direcionados mais recursos às regiões mais carentes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C.; CARLOS, E; SILVA, R. **Efetividade da participação nos conselhos municipais de assistência social do Brasil**. Opinião Pública, v. 22, n. 2, p. 250-285, 27 out. 2016.

ALMEIDA, D; CUNHA, E. **A análise da deliberação democrática: princípios, conceitos e variáveis relevantes**. In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011.

AVRITZER, L. **A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate** In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011.

AVRITZER, L; SANTOS, B. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org). **Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia Participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARLOS, E. **Controle social e política redistributiva no orçamento participativo**. Vitória: EDUFES, 2015.

CASTELLÀ, C; JORBA, L. **Evaluación de la participación en Cataluña: potencialidades y amenazas de las experiencias participativas**. Barcelona: IGOP/UAB, 2005.

CORTES, S. **Instituições participativas e acesso a serviços públicos nos municípios brasileiros**. In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011.

CUNHA, E; ALMEIDA, D; FARIA, C; RIBEIRO, U. **Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos**. In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011.

FARIA, C. F.; RIBEIRO, U. C. **Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo**. In: PIRES, R. R. C. (org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011.

FUNG, A. “**Survey Article: Recipes for Public Spheres: Eight institutional design choices and their consequences**” In The Journal of Political Philosophy, p.338-367, 2003.

GOMES, E. **Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente**. Cadernos EBAPE.BR, ISSN: 1679-

3951, vol. 13, núm. 4, outubro-dezembro, 2015, pp. 894-909. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=323242132013>. Acesso em set. 2019.

JORBA, L; MARTÍ, J; PARÉS, M. **La Qualitat en la participació: orientacions per a l'avaluació participada**. Barcelona: Fundació Jaume Bofia, 2007.

LOPES, F; PIRES, R. **Instituições participativas e políticas públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas**. In: Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. - Brasília: Ipea, 2010.

PARÉS, M; CASTELLÀ, C. **Críteris, metodologies i reflexions entorn l'avaluació de la participació ciutadana**. Barcelona: EPSU/IGOP/UAB, 2008.

PARÉS, M; CASTELLÀ, C. **“Una propuesta de criterios de calidad democrática para evaluar los procesos participativos”**, in PARÉS M, coord., Participación y calidad democrática. Evaluando las nuevas formas de democracia participativa, Barcelona, Editorial Ariel (2009).

PARÉS, M; MARCH, H. **Evaluando la participación institucional: la “temperatura” de la deliberación y sus consecuencias**. Política y Sociedad, vol 51, n. 02, ISSN: 1130-8001, p. 565-594, 2014.

PIRES, R; VAZ, A; ALMEIDA, A; SILVA, F; LOPEZ, F; ALENCAR, J. **Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas**. In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011.

SILVA, S. **Democracia, políticas públicas e instituições de deliberação participativa: visões sobre a experiência brasileira**. Texto para Discussão, ISSN: 1415-4765, Ipea, Rio de Janeiro, 2018.

VAZ, A; PIRES, R. **Comparações entre municípios: avaliação dos efeitos da participação por meio de pares contrafactuais**. In: Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação/ organizador: Roberto Rocha C. Pires. Brasília: Ipea, 2011.

ZAMBONI, Y. **Participatory budgeting and local governance: an evidence-based evaluation of participatory budgeting experiences in Brazil**. May 28, 2007 (Working Paper). Disponível em: <<https://pria-academy.org/pdf/3-Zamboni.pdf>>. Acesso em Jun. 2019.